

Reitores fazem caixa enquanto salários são corroídos pela inflação

Vamos virar esse jogo na campanha salarial 2003

Leia matérias nas páginas 3, 4 e 5

As deliberações do Encontro de São Sebastião

Páginas 4 e 5



**Adunesp
convoca
assembléias
até o dia
19/2**

Página 2

Contra a Alca! Contra a guerra!

*Na página 8, a cobertura do III
Fórum Social Mundial*



O funcionalismo como vilão da história

**ou... como favorecer
(mais uma vez) os banqueiros**

Nas páginas 6 e 7, matérias sobre a reforma da Previdência e o manifesto divulgado pelo Fórum das Seis

Das experiências do ano velho, à luta por fazer de 2003 um ano novo

O ano começa com muitos desafios à nossa frente. Mal saímos do recesso de dezembro e fomos brindados com notícias das mais preocupantes, como a intenção do novo governo em reformar a Previdência e acabar com os “privilegiados” de alguns segmentos. Na Unesp, o bolso lembra que, em tempos de inflação enfurecida, os salários estão mais arrojados do que nunca. Questões candentes, herança de 2002, ainda estão na ordem do dia: a expansão de vagas com o modelo da atual Reitoria, o atropelo à democracia interna, a celebração de convênios que vão na contramão da qualidade de ensino que perseguimos (como o PEC/Formação Universitária e o Pedagogia Cidadã), entre outras.

Em primeiro lugar, faz-se necessário um balanço, mesmo que rápido, do que foi 2002. Ainda que não estivéssemos no auge da nossa organização enquanto trabalhadores, não resta dúvida de que marcamos alguns pontos importantes. Atenta à política da nova administração da Universidade, a

Adunesp não poupou esforços para tentar barrar medidas extremamente danosas à comunidade acadêmica e ao ensino público. A ação do Sindicato foi importante para impedir que o novo reitor avançasse em sua intenção de reproduzir na Unesp políticas privatistas. A atual Reitoria, aliás, a exemplo do que ocorre em muitas das instituições públicas de ensino superior, tem se revelado um elemento de confiança do governo do Estado e dos organismos financeiros do neoliberalismo, como o Banco Mundial, o FMI, o Bird.

A reação da comunidade foi determinante para enfrentar e refrear, ainda que parcialmente, um projeto de expansão de vagas que é parte de uma política de destruição da universidade pública de qualidade e de sua submissão aos interesses do capital privado. O novo “modelo” de universidade proposto pauta-se pela tentativa de impor um novo mecanismo de financiamento, lastreado por parcerias e convênios com a iniciativa privada. Terceirizações e cursos pagos são uma amostra da universidade que eles querem: privatizada, sem a necessária relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Para tentar impor sua política, a nova Reitoria não abriu mão

nem mesmo de expedientes consagrados pela ditadura militar, como jogar a polícia sobre trabalhadores e estudantes, a exemplo do que ocorreu em Araçatuba, e a tentar retaliar os resistentes. No relacionamento com as diretorias das unidades, o reitor reinaugurou o “toma-lá-dá-cá”.

Nesse sentido, 2002 foi só o começo. A política desenhada pela Reitoria até o momento ainda deve nos reservar outras surpresas. Muitas das questões elencadas acima ainda estão presentes, como é o caso da expansão de vagas, da criação de cursos pagos, do atropelo à democracia interna, entre outros, que vão exigir da Adunesp e do conjunto dos docentes uma firme reação.

Neste cenário, o arrocho salarial é mais uma das facetas da política da Reitoria atual. A queda do nosso poder aquisitivo vem financiando não só parte considerável da Universidade, mas também servindo de lastro financeiro para bancar as propostas do bloco que detém o poder, como a expansão de cursos e unidades sem a necessária contrapartida de verbas por parte do governo.

Por isso, fazer uma forte e organizada campanha salarial em 2003 é um direito e um dever de todos nós. É a única via para preservarmos o poder aquisitivo diante da inflação e de garantirmos melhores condições de trabalho.

No cenário geral, o país atravessa momentos muito especiais. Como mostram diversas matérias nesta edição, o novo governo federal, eleito com as expectativas progressistas de 53 milhões de pessoas, dá mostras de que pretende manter em vigor a política do governo derrotado. Mais do que o anterior, o atual governo propõe aumentar o superávit primário, ou seja, “economizar” mais para seguir pagando a interminável dívida pública aos banqueiros. Isso faz com que a roda da economia continue girando para trás, no ciclo vicioso da recessão, que só aumenta o desemprego no país. Por outro lado, o ônus da crise, mais uma vez, ameaça recair sobre o funcionalismo público, através da reforma na Previdência. Em vez de adotar uma política que movimente a economia, gere empregos e, com isso, aumente a arrecadação da Previdência, o governo Lula aposta na retirada de direitos... dos trabalhadores e elege como bode expiatório o funcionalismo público.

Não vamos aceitar ser carimbados, novamente, com o rótulo de privilegiados. Vamos lutar, junto com as demais categorias do serviço público, contra a quebra de direitos e pela criação de uma Previdência pública universal, com garantias iguais para todos. Nesta edição do **Adunesp Informa**, veja o manifesto do Fórum das Seis sobre o assunto.

Em 2003, nosso caminho é a luta. Vamos realizar uma grande campanha salarial, que coloque em pauta não só a luta pelos salários, mas também a defesa da universidade pública de qualidade e contra os ataques ao funcionalismo público.

Unidades realizam assembleias até o dia 19/2

Além de avaliar os primeiros passos da campanha salarial, vamos eleger os delegados da Adunesp ao 22º Congresso do Andes

A Adunesp está orientando todas as unidades a realizarem assembleias até o dia 19 de fevereiro, com o objetivo de iniciar o debate sobre a campanha salarial 2003 e de indicar os delegados que a entidade tem direito de levar ao 22º Congresso do Andes (veja matéria abaixo). Os nomes indicados como delegados nas unidades serão fechados na Plenária de ADs que a Adunesp realiza, em São Paulo (a partir das 9h30), no dia 20.

A íntegra da Plenária, para a qual estão sendo convocadas todas subseções sindicais, é a seguinte:

- 1) Informes (da Diretoria e das subseções sindicais, do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial da Educação);
- 2) Escolha dos delegados ao 21º Congresso do Andes;
- 3) Rateio do IV Encontro de ADs;
- 4) IV Congresso da Adunesp S. Sindical – data e local;
- 5) Encontro das IEEs/Andes;
- 6) Fórum das Seis;
- 7) Criação do GT-Seguridade Social da Adunesp e indicação do representante ao GT do Andes;
- 8) Outros

O 22º Congresso do Andes acontece de 8 a 13 de março, na cidade de Terezina (Piauí). A Adunesp tem direito a 11 delegados. A atual diretoria do Andes avalia que o congresso acontece num momento muito oportuno, quando a materialização das principais medidas do governo Lula já é uma realidade e, também, diante das liberações dois grandes Fóruns (Social Mundial e Mundial da Educação), de resistência contra os avanços da política neoliberal, modelo político esgotado que conduziu à destruição dos postos de trabalho, à devastação dos serviços públicos, ao questionamento de todos os direitos conquistados ao longo de décadas, à desnacionalização da economia e à destruição do patrimônio público.

No texto convocatório do 22º Congresso, a dire-

toria reafirma a necessidade de o conjunto da categoria posicionar-se “quanto às medidas anunciadas pelo novo governo da principal nação latino-americana”. Num dos trechos, o documento lembra que “trata-se de um governo cujo eixo é um partido construído na luta do movimento sindical e operário, das organizações de esquerda e dos movimentos populares: o PT, mas numa coligação burguesa de governo cujo programa está estruturado sobre as mesmas teses fundamentais que presidiram a administração FHC, tanto no que diz respeito à política econômica quanto no que se refere à concepção de políticas sociais descomprometida com a perspectiva da ‘focalização nos mais pobres’, ou seja, com o caráter universal do serviço público e dos direitos.”

O documento ressalta, ainda, que o Andes, “reafirmando sua postura histórica de sindicato classista,

combate a reforma anunciada e defende os direitos previdenciários dos servidores na sua integralidade, ao mesmo tempo em que luta pela extensão destes direitos ao conjunto da classe trabalhadora”.

No final da convocatória, a atual diretoria diz que o papel do Andes, bem como da CUT, é o de reafirmar as “suas plataformas de lutas com as bandeiras efetivamente capazes de promover a emancipação nacional e o atendimento das reivindicações populares: *Fora FMI; Não ao pagamento da dívida externa; Não à ALCA/OMC, por um plebiscito oficial sobre a ALCA, retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA; Não à guerra, contra a militarização e a entrega da base de Alcântara; Reforma agrária sob controle dos trabalhadores; Reestatização das empresas privatizadas; Não às reformas previdenciária e trabalhista e; Não ao pacto social que retira direitos dos trabalhadores.*”

Movimento docente e novo governo: o debate central no 22º Congresso do Andes

Reitores fazem caixa enquanto salários são corroídos pela inflação

Vamos virar esse jogo na campanha salarial 2003

Na data-base do ano passado, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) apostou na nossa desmobilização. Sem ver na categoria a mesma organização e disposição de luta de datas-base anteriores – como a de 2000, quando foi obrigado a ceder um reajuste de cerca de 25% – o Cruesp abusou da dissimulação. Depois dos míseros 8% em maio... só silêncio. Nem mesmo a promessa de nova negociação em outubro foi cumprida. Nas sofríveis negociações do final do ano, os reitores fizeram de tudo para fugir do d e b a t e :

atrasaram a divulgação das planilhas salariais, embora já estivessem prontas; diziam desconhecer dados sobre a arrecadação do ICMS, que estava em ascensão... e por aí afora.

Em 19 de dezembro, o Fórum das Seis enviou um ofício ao Cruesp, reivindicando um abono de 25% para docentes e servidores. De acordo com cálculos das entidades, os reitores precisariam reservar somente 86% do montante de repasse de ICMS que as universidades haviam recebido a mais, por conta de um programa de anistia de multas aplicado pelo governo estadual. Essa arrecadação extra corresponde a, aproximadamente, 30% de uma folha de pagamento. Até o momento, o Cruesp sequer dignou-se a responder ao pedido. No dia 11/2, o Fórum enviou novo ofício cobrando um retorno.

Tanto descaso por parte dos reitores, ao contrário do que eles costumam dizer, não é causado por falta de verbas. Além do extra proveniente da anistia de multas, é indiscutível que a arrecadação geral do ICMS superou as expectativas nos últimos meses de 2002. De acordo com um estudo preparado pelo Fórum das Seis, comparando os valores relativos de salários e do ICMS desde 1995 (com projeção até maio/2003 e correção pela inflação do Dieese), a vitoriosa greve de 2000 trouxe-nos um fôlego importante. Naquele ano, com um reajuste de 25%, tivemos uma recuperação significativa. Em 2001 e 2002, sem política salarial, vimos os salários se deteriorarem rapidamente. Neste ritmo, vamos chegar a maio de 2003 com o poder aquisitivo valendo 83% do que era em maio de 95.

Mas essa queda livre não se verificou no ICMS, que teve um aumento médio de 16%. Em novembro de 2002, por exemplo, a arrecadação ultrapassou em R\$ 300 milhões a previsão do governo estadual. Isso significa que a projeção para os 12 meses passou de R\$ 26,2 bilhões para R\$ 27 bilhões.

Com base nestes dados, só é possível chegar a uma conclusão: nossos salários estão financiando as universidades. Enquanto nosso poder aquisitivo cai, os valores destinados às outras despesas (tudo menos folha de pagamento) só crescem. Em setembro/02, por exemplo, este total era de R\$ 22 milhões (nas três universidades). Já em outubro do mesmo ano, o valor havia chegado a R\$ 43 milhões.

É claro que uma universidade pública de qualidade não se faz apenas com bons salários. É preciso investir em laboratórios, construções, bibliotecas etc. Mas é inadmissível que o arrocho salarial seja a contrapartida do aumento dos demais gastos. Se as verbas destinadas pelo governo estadual para as universidades não são suficientes – e não são, de fato – é preciso que os reitores pressionem para que au-

mentem. A política do governo Covas/Alckmin, como é de conhecimento geral, não prioriza a educação pública. Com a política que estão levando, nossos reitores estão reproduzindo e defendendo essa política no interior das universidades. Se faltam verbas, venham lutar com a categoria pelo aumento do repasse (o Fórum das Seis reivindica 11,6% do ICMS, enquanto os reitores sempre ficam em silêncio).

A mobilização é o caminho

A insatisfação na categoria é indiscutível. Em cada unidade, principalmente na hora de receber o pagamento, baixa aquela depressão geral. Mas só se revoltar, não basta. É preciso partir para a ação. Neste ano, temos que traduzir toda a nossa indignação em mobilização.

A campanha salarial está só começando, mas é preciso ficar atento a todas as atividades que estão sendo convocadas. Leia com atenção os boletins e jornais da Adunesp e do Fórum. Converse com os companheiros e prepare o ânimo: em 2003, vamos repetir a disposição de luta de 2000!

Inflação de 2002 fechou em 12,93%, de acordo com o Dieese

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 2002 teve uma inflação de 12,93% (no município de SP). É o maior índice desde 1995, quando havia chegado a 27,4%. Em 2001, a inflação medida pelo Dieese foi de 9,42%. Só em novembro do ano passado, os preços subiram 3,2%, enquanto em dezembro esse índice foi de 2.39%.

Se somarmos 2001 e 2002, teremos um índice total de 23,56%. Uma passadinha no supermercado é suficiente para mostrar como esses números são dramáticos.

O salário mínimo real calculado pelo Dieese ficou em R\$ 1.385,91 em janeiro deste ano, o que corresponde a quase sete vezes o valor do piso oficial (R\$ 200,00). O mínimo do Dieese baseia-se no que prevê a Constituição, ou seja, que um trabalhador deve ganhar o suficiente para suprir necessidades com alimentação, moradia, vestuário, educação, habitação, lazer etc.

Adunesp convoca assembleias até o dia 19

A preparação da campanha salarial é um dos pontos de pauta das assembleias que a Adunesp está convocando nas unidades até o dia 19 de fevereiro. Veja detalhes na página ao lado.



MOBILIZAÇÃO

Encontro de São Sebastião definiu as prioridades da Adunesp em 2003

Campanha salarial é eixo central, mas questões importantes, como luta pela democracia na Unesp e preparação do IV Congresso, também terão destaque

Nos dias 7 a 9 de dezembro, aconteceu em São Sebastião o IV Encontro de ADs da Adunesp. Com a participação de representantes de 11 subseções, foi feita uma avaliação da atuação da entidade (desde a realização do III Congresso da Adunesp, em junho/01, em Ilha Solteira) e do Chapão. À luz dos debates travados sobre a conjuntura atual, na Unesp e no país, foram definidas as prioridades de atuação da entidade para 2003.

A concentração de esforços na campanha salarial, desde já, foi destacada como uma das prioridades centrais. Ainda dentro da Unesp, o combate à truculência e à falta de democracia da atual administração também foi ressaltado. No âmbito geral, as atenções voltaram-se à necessidade de integração com outros segmentos do funcionalismo e dos trabalhadores privados, visando a luta contra o corte de direitos trabalhistas, expresso nas anunciadas reformas da Previdência e da CLT.

Uma das deliberações do IV Encontro de ADs foi pela realização de seminários regionais da Adunesp, para discutir questões como a campanha salarial, a reforma da Previdência e outros. Ao final da atividade, foi redigida a Carta de São Sebastião, que aprofunda o debate sobre todos estes pontos. Veja ao lado:



Carta de São Sebastião

Nós, representantes das subseções sindicais da Adunesp, reunidos no IV Encontro de ADs, em São Sebastião, de 7 a 9 de dezembro de 2002, com a finalidade de avaliar a atuação da entidade no que se refere ao encaminhamento das deliberações tomadas por ocasião do III Congresso (Ilha Solteira), bem como avaliar o trabalho do Chapão, discutimos estratégias de atuação e novas formas de luta para o próximo período. Depois de longas e proveitosas discussões sobre a conjuntura atual, seja em relação à Unesp, seja em relação às conjunturas políticas estadual e federal, o grupo – em conjunto, ressaltando eventuais discordâncias – elaborou o presente documento, que reflete a posição da maioria dos participantes.

A começar pela avaliação das deliberações do III Congresso, foi consenso que a participação da Adunesp nas lutas pela preserva-

ção do ensino gratuito e de qualidade representou um obstáculo às intenções do Reitor em expandir de forma afoita as vagas na Universidade. Para que o senhor Reitor aprovasse tais medidas, houve a necessidade de ele mostrar a sua verdadeira face: através de pressões de todo o tipo (desde a distribuição de benesses a fim de ganhar aliados até ameaças de retaliações contra aqueles que resistiram). Colocou a polícia no campus de Araçatuba, fortemente armada, com a finalidade de amedrontar a comunidade universitária que, em conjunto, reivindicava mais discussões sobre o projeto de expansão.

Um outro ponto da pauta do Encontro foi a Campanha Salarial, que neste ano de 2002 teve um certo refluxo, mas que para o ano que se aproxima, em virtude da alta do custo de vida, será uma prioridade da Adunesp S. Sindical. A necessidade de mobilizar os docentes para a questão salarial constitui-se numa tarefa imediata.

Porém, as tarefas da Adunesp vão muito além das questões salariais, uma vez que a administração Trindade criou um regime de 'terror' no

seio da comunidade unespiana. A democracia interna – duramente conquistada após anos de luta – tem sido podada em suas mais elementares manifestações. Ignoram-se as decisões dos órgãos colegiados, que são substituídos por comissões, coordenações de área etc, medidas que oneram e inflacionam o orçamento da Universidade, impossibilitando aumentos salariais dignos e a distribuição de verbas para os cursos já existentes, que sofrem com a falta de material para as suas atividades mais simples. O projeto do Reitor, articulado com as autoridades estaduais, visa a implementação de uma universidade nos moldes empresariais naquilo que ela mais tem de detestável: cursos aligeirados que comprometem a qualidade (Pedagogia Cidadã e PEC-Formação Universitária), cursos de especialização pagos, contratações via Fundunesp, terceirizações etc. Medidas que atingem o que há de mais importante na universidade pública: a qualidade de ensino, a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão. E, o que é mais grave, ameaçam a gratuidade do ensino, conquista histórica da sociedade brasileira, que de tempos em tempos tem de mobilizar-se contra as investidas privatizadoras, oriundas das diretrizes do Banco Mundial, que visam, efetivamente, tornar a educação uma mercadoria sem nenhum tipo de restrição.

Avaliamos que as atitudes da Reitoria da Unesp não estão descoladas da política estadual, federal e até mesmo internacional. Órgãos como o FMI e a OMC pressionam os governos dos países dependentes de empréstimos, como o Brasil, para que a educação seja mercantilizada. O MEC adotou – sem constrangimentos – essa política desintegradora. O governo do Estado de São Paulo, seguindo a linha política do atual governo federal, está dando toda uma ênfase na expansão de vagas nas universidades públicas e no aumento dos centros tecnológicos (Paula Souza). Em tese, são medidas necessárias; entretanto, a realidade mostra-nos que a busca por números prevalece em detrimento da qualidade. As universidades precisam de verbas para melhorar as condições de ensino nas unidades já existentes e os centros tecnológicos não dispõem de pessoal qualificado, nem de instalações decentes para abrigar os alunos que possuem.

Toda a sociedade brasileira, em especial a classe trabalhadora, espera que essa política mutiladora das garantias sociais tenha um fim. A eleição de um presidente identificado com as lutas democráticas e sociais parece indicar períodos mais promissores para o povo brasileiro. A geração de empregos, o fim do arrocho salarial e a luta pela manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas foram propostas que levaram Lula ao poder. Cabe ao movimento social organizado lutar para que tais propostas sejam concretizadas. No âmbito estadual, porém, as coisas poderão continuar como estão, se a sociedade organizada não lutar contra o desmonte da saúde e a precarização do ensino público em todos os níveis. Compreendemos e ava-

liamos a situação com cautela, pois, se há perspectivas nacionalmente, o mesmo não ocorre no Estado e no seio da Universidade, o que reforça a necessidade de nossa organização e luta.

Desta forma, alertamos os órgãos colegiados para a responsabilidade que possuem na defesa da construção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, contrapondo-se a esta, empresarial e privatista, que está sendo moldada por meio da política da atual Reitoria. Por sua vez, a Adunesp, legitimada por sua história de lutas, convoca todos a se engajarem contra o autoritarismo e o desrespeito aos mecanismos democráticos que foram conquistados pelo conjunto da comunidade acadêmica. Esta conjuntura nos coloca tarefas tanto no plano geral, como no específico:

- Defender mais verbas para saúde, educação e o conjunto dos serviços públicos, bem como uma reforma previdenciária que preserve e amplie os direitos dos trabalhadores;
- Lutar para que os direitos trabalhistas conquistados não sejam revogados com as mudanças na CLT;
- Propor a adoção, pelo novo governo, do Plano Nacional de Educação (PNE), construído pela sociedade, em contraposição ao Substitutivo Néelson Marchesan;
- Lutar pela revogação da LDB;
- Defender a expansão de vagas nas universidades públicas, com garantia de verbas e de qualidade;
- Lutar pela reposição de perdas salariais;
- Garantir a democracia no interior da Unesp;
- Defender o ensino público, gratuito, laico e de qualidade para todos.

Entendemos, também, que a defesa da universidade pública, de salários, planos de carreira e condições de trabalho para professores e servidores técnico-administrativos está articulada com a defesa geral de serviços e servidores públicos, pois os ataques que sofrem vêm de uma única fonte. Isso exige que o movimento reivindicatório de nosso Sindicato esteja articulado com o das demais categorias do serviço público.

Em particular, a Campanha Salarial 2003 começa neste Encontro, por meio da mobilização que envolveu 11 subseções da Adunesp, que ficam com a tarefa de organizar os professores de suas unidades. Ao Fórum das Seis, cabe o papel de coordenar toda a campanha e as relações com as outras entidades dos servidores.

Uma outra tarefa importante: centrar esforços na organização do IV Congresso da Adunesp, que terá como eixo a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

São muitas tarefas e, para que sejam alcançadas, é necessário que você, docente da Unesp, se engaje na luta, pois ela não é apenas daqueles que firmam esta carta, mas de todos os que estão comprometidos com a educação e com a democracia.

São Sebastião, 9 de dezembro de 2002.



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O funcionalismo como vilão da história ou... como favorecer (mais uma vez) os banqueiros

Nem bem o novo governo tomou posse e um assunto polêmico tomou conta do país: a reforma da Previdência Social, anunciada como prioridade pelo presidente Lula. Ainda meio surpresos, os servidores públicos brasileiros vêem-se novamente, igualzinho nos tempos de FHC, como vilões do déficit que ameaça o sistema.



A tentativa do ex-governador Mário Covas, em 1999, de reformar a previdência dos servidores estaduais, levou dezenas de milhares às ruas. Covas queria acabar com a aposentadoria integral e criar os fundos privados, além de cobrar dos inativos

Para nós, docentes das universidades estaduais paulistas, o assunto interessa de perto. Quem não se lembra do tamanho da evasão que Unesp, USP e Unicamp sofreram quando

o governo FHC ameaçou impor a reforma? Foram centenas de pedidos de aposentadoria por parte de docentes e servidores, num prejuízo indiscutível para estas instituições. E agora, veremos a história se repetir?

O Fórum das Seis Entidades, refletindo a opinião dos sindicatos que o compõem (entre eles a Adunesp), já se posicionou contra qualquer reforma que signifique retirada de direitos e está distribuindo amplamente um manifesto com essa posição (*veja ao lado*). O texto procura mostrar que as propostas em discussão atualmente são muito parecidas com aquelas defendidas pelo governo FHC, que colocavam o funcionalismo público como vilão da crise da Previdência. De acordo com essa visão, o déficit da Previdência (segundo dados oficiais, de R\$ 70 bilhões) seria o maior obstáculo à retomada do crescimento econômico do país e, em consequência, da diminuição do desemprego. E, o que é pior, caberia aos funcionários públicos a responsabilidade maior pelo problema, pois seriam “privilegiados”. O maior dos privilégios seria o direito à aposentadoria integral, que não existe na iniciativa privada.

Dois caminhos

Em artigo publicado na revista *Caros Amigos*, de fevereiro, César Benjamim (autor de *A opção brasileira*, pela Contraponto Editora, e integrante da coordenação nacional do Movimento Consulta Popular) faz algumas considerações bem elucidativas sobre o problema. Partindo da existência do déficit, ele enumera dois caminhos possíveis de solução: “O primeiro – defendido pelo FMI, o Banco Mundial, os conservadores em geral e, agora, o PT – é considerar definitiva e inamovível a nova configuração do mercado de trabalho, com cerca de 20% de desemprego aberto e mais de 50% de informalidade, e jogar todo o peso do “ajuste”

na eliminação de benefícios pactuados com as gerações de trabalhadores que entraram no sistema em períodos passados.”

Para o autor, reduzida a uma questão de natureza fiscal, a Previdência passa a submeter-se às diretrizes gerais de arrocho comandadas pelo FMI. A chamada “reforma” se torna um jogo de soma negativa, no qual prevalece o salve-se quem puder que estamos começando a assistir. Para Benjamin, o agravante na situação é que, “se for aceita a proposta do ministro Berzoini, de formação de uma ‘previdência dos pobres’, em regime de repartição, com teto de R\$ 1.500,00, ao lado de uma ‘previdência dos ricos e remediados’, em regime de capitalização individual, gerenciado por empresas privadas, o Estado perderá nas duas pontas: ficará com o passivo do sistema atual (qual empresa capitalista aceitará esse passivo?) e estimulará o incremento de uma bolha de recursos líquidos, administrada por grandes grupos privados, os maiores interessados nessa ‘reforma’. Como mostra a experiência no mundo inteiro, a maior parte desses recursos será direcionada para a especulação financeira, cujo peso, em última análise, sempre recai sobre as finanças públicas.”

Mas Benjamin vê outro caminho possível para a solução do problema: reequilibrar a Previdência, em curto prazo, por meio da retomada do crescimento econômico e da geração de empregos formais (além, é claro, do combate à sonegação e à corrupção). “Nesse novo contexto, de soma positiva, a sociedade brasileira poderá debater com calma e transparência as alterações realmente necessárias, sem perder de vista que a Seguridade Social, onde a Previdência se insere, não é uma questão de natureza fiscal, a ser entregue a burocratas assustadiços, recém-convertidos ao neoliberalismo, mais realistas que o rei. O sistema de Seguridade é o principal alicerce de um projeto civilizatório que afirma as pessoas humanas – especialmente os doentes, os portadores de deficiência e os idosos – como detentores de direitos. É parte essencial de um projeto de Nação.”

Para isso, no entanto, seria necessária uma inversão na política econômica do novo governo, que vem mantendo as diretrizes da era FHC. Ou seja, se os recursos nacionais continuarem sendo sangrados para o pagamento dos juros da dívida pública, é claro que não sobrarão recursos para o investimento em saúde, educação, geração de empregos, enfim, para a retomada do crescimento econômico do país.

Quem deseja a reforma

É claro que o rombo na Previdência, em geral, não é produto das aposentadorias integrais dos servidores, já que estes pagam, durante toda a vida, para recebê-las quando se

aposentam. Tirar a aposentadoria integral do funcionalismo, portanto, não vai resolver o problema, mas sim agravá-lo, pois cairá a arrecadação geral da Previdência.

O problema não é esse. O que há por trás da reforma são interesses poderosos. Pressionados pela crise geral do capitalismo, alguns setores patronais querem que o governo lhes dê garantia novas fontes de lucros. Neste caso, estamos falando dos grandes bancos, que estão muito interessados em botar as mãos neste rico filão que é a previdência pública. De acordo com a proposta que está sendo discutida, qualquer trabalhador (público ou privado) que queira se aposentar com valores acima do teto, teria que pagar para um fundo privado de pensão. Dá para imaginar o tamanho desse mercado...

Uma verdadeira solução para o problema, como aponta acima César Benjamin, implicaria na mudança de rota da economia brasileira. Mas não é só. É preciso, também, que se faça uma grande auditoria para levantar as origens do famoso “rombo” da Previdência, identificando todos os culpados e exigindo o ressarcimento dos cofres públicos. E, como reforça o manifesto divulgado pelo Fórum das Seis, queremos que a Previdência continue pública e universal, estendendo o direito à aposentadoria integral a todos os trabalhadores da iniciativa privada.

Debate, monólogo ou encenação?

No dia 7 de fevereiro, o presidente da Adunesp, Antônio Luís de Andrade (Tato), participou de uma reunião da Comissão dos Servidores Públicos. Avaliando as discussões públicas sobre a reforma da Previdência, das quais tem participado o ministro Ricardo Berzoini, a Comissão elaborou um documento intitulado “Debate, monólogo ou encenação?”, criticando a ausência de um debate real sobre o assunto. A íntegra do documento pode ser acessada na página da Adunesp (www.adunesp.org.br).

A manobra do PL 9

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, está defendendo a aprovação pelo Congresso do PL 9, um projeto de lei complementar enviado pelo governo FHC. Na época, a ação da oposição, principalmente o PT, impediu que fosse aprovado. Através do PL 9, o governo poderia praticamente implementar a reforma da Previdência, sem prever recorrer a emendas constitucionais. O movimento sindical reafirma seu posicionamento em relação ao PL 9 e cobra do novo governo que seja engavetado.

Porque o servidor tem aposentadoria integral

Da forma como é colocado o debate na imprensa, a impressão que se tem é que os funcionários públicos, privilegiados de carteirinha, estariam usufruindo de um direito totalmente ilegal. Mas não é nada disso. Não se diz, ou se minimiza, os seguintes fatos:

1) O funcionário público paga 11% do seu salário integral a título de contribuição previdenciária. A exceção fica com os militares, que recolhem 7,5%. O trabalhador privado, por outro lado, também paga 11%, mas somente até um determinado teto, atualmente em R\$ 1.516,56. O máximo de contribuição no setor privado, portanto, é de R\$ 171,77, mesmo que o trabalhador receba mais do que o valor do teto. Essa diferenciação dá direito ao funcionário público de receber a aposentadoria integral, enquanto o privado recebe, no máximo, R\$ 1.516,56.

2) Enquanto as empresas do setor privado recolhem para a Previdência, o governo, enquanto empregador público, não o faz, o que se constitui num dos fatores geradores do déficit. Além disso, é público e notório que o governo, ao longo das últimas décadas, vêm desviando recursos previdenciários para outros fins. Isso para não falar na sonegação por parte das grandes empresas.

3) Quando se aposenta, o trabalhador privado pode sacar integralmente o seu Fundo de Garantia (FGTS). O funcionário público não tem FGTS.

FÓRUM das seis

STU
SINTUSP
SINTEPS
SINTUNESP
ADUNICAMP
ADUSP - S. Sind.
ADUNESP - S. Sind.

Previdência pública e justa: em defesa dos funcionários públicos

O Fórum das Seis acompanha com preocupação e surpresa a decisão do governo federal de realizar uma "reforma da Previdência" cujos eixos principais são a supressão de direitos do funcionalismo público e a criação de fundos privados.

A "reforma" assim proposta nada mais seria do que o aprofundamento das mudanças implantadas, nos últimos anos, pelo governo derrotado nas eleições. Mudanças que reduziram a massa dos trabalhadores aposentados da iniciativa privada a condições de vida indignas e que, nas universidades públicas, provocaram a aposentadoria precoce de milhares de professores e funcionários técnico-administrativos qualificados, aterrorizados ante a perspectiva da perda de direitos.

A "reforma" ora defendida pelo ministro da Previdência implica a quebra de contrato com o funcionalismo. Será que, quando fala em "respeitar os contratos", o novo governo refere-se apenas aos contratos com banqueiros, investidores e instituições internacionais? Será que o povo humilde, os trabalhadores assalariados, os funcionários públicos, não têm direito ao respeito contratual?

O Fórum das Seis entende que as aposentadorias e pensões devem ter valor integral e manter paridade com os salários da ativa. E assim deve ser também para os aposentados e pensionistas da iniciativa privada. A Previdência pode e deve ser universal, sim, recebendo todos os vencimento integral da ativa. Esta deveria ser a reforma praticada pelo atual governo: o reconhecimento de direitos, ao invés da cassação de direitos.

Os funcionários e professores das universidades estaduais paulistas vão lutar em defesa dos seus direitos, pois recolhem há décadas a contribuição, proporcional aos seus salários, estipulada pelo Estado. E sabem que a reforma proposta visa exclusivamente utilizar a Previdência como fator de ajuste do déficit fiscal, alimentado pela dívida pública interna e externa, e colocar um volume enorme de recursos dos trabalhadores a serviço de poderosos interesses privados.

Acreditamos que a Previdência precisa, sim, de uma reforma. Na sua gestão, que deve ser compartilhada com os trabalhadores. No controle de suas verbas, que deve ser transparente para a sociedade. E na fiscalização do recolhimento das contribuições, pois a sonegação prossegue, bem como os generosos acordos de parcelamento de dívidas. Mas não vimos o ministro manifestar-se a respeito desses temas.

O Fórum das Seis vai lutar para que o governo reveja a sua posição. Para que as universidades públicas não sofram uma nova sangria de pessoal qualificado docente e não docente. E para que o governo Lula - depositário da esperança de dezenas de milhões de brasileiros espoliados pelo predomínio do mercado - não cometa tamanha lesão de direitos ao funcionalismo público.

São Paulo, 30 de janeiro de 2003.
Fórum das Seis

**ATENÇÃO
ATENÇÃO**

Fique de olho nas eleições do Chapão

No segundo semestre, termina o mandato dos atuais representantes junto aos órgãos colegiados (CO, CADE, CEPE). Como tem feito todos os anos, a Adunesp impulsiona a organização de um Chapão de candidatos comprometidos com os interesses da categoria e do ensino público. Fique atento.

Campanha eleitoral na AD

O mandato da atual diretoria da Adunesp encerra-se no dia 18 de junho. A Plenária de março (com representantes das subseções sindicais) vai discutir os detalhes da eleição. Aguarde!

III Fórum Social Mundial reuniu mais de 100 mil em Porto Alegre

Abaixo-assinado contra a Alca e marchas mundiais para evitar o ataque americano ao Iraque foram as principais decisões do evento

A cidade de Porto Alegre ficou pequena para a quantidade de pessoas que participaram no III Fórum Social Mundial (FSM). Mais de 100 mil vieram de dezenas de países, transformando a capital gaúcha num grande encontro das várias matizes da esquerda mundial.

O FSM foi criado em oposição ao Fórum Econômico Mundial, marcado para o mesmo período em Davos (Suíça), e que ocorre há mais de 30 anos. A exemplo dos dois anos anteriores, o III FSM teve uma ampla cobertura da imprensa mundial. Participaram 4.094 jornalistas, de 1.423 veículos de comunicação, de 51 países do mundo.

A Adunesp enviou 10 representantes ao III FSM, além dos docentes que compareceram ao Fórum Mundial da Educação (veja abaixo). Além de reafirmar a luta contra o neoliberalismo, o Fórum posicionou-se firmemente contra a ameaça americana ao Iraque e aprovou a realização de um abaixo-assinado nacional contra a Alca, a ser endereçado ao novo governo.

O nome dele é petróleo

Logo no início, o III FSM promoveu uma grande passeata contra a guerra pelas ruas de Porto Alegre, que reuniu cerca de 50 mil pessoas. Ao longo do Fórum, ocorreram várias palestras e debates sobre o assunto. A avaliação geral era que todos os motivos alegados pelos Estados Unidos para iniciar a guerra – combate ao terrorismo, armas químicas etc – não passam de pura balela. Os interesses por trás do belicoso George Bush têm endereço nas gran-

des companhias petrolíferas americanas, ávidas por colocar as mãos nas ricas reservas do Iraque, hoje responsável por 10% da oferta mundial. Além disso, os EUA, que são o maior consumidor de petróleo do planeta, querem se impor sobre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que determina os níveis de produção e os preços do produto. Embora tenha relações muito amigáveis com boa parte destes países, os americanos não conseguem fazer valer todos os seus interesses. Vale lembrar que a Venezuela – país que os EUA também gostariam de controlar – é um dos integrantes mais importantes da OPEP.

Outro aspecto importante da ofensiva americana são as pressões da indústria bélica daquele país. Em 2003, o orçamento militar dos Estados Unidos deve ficar na casa dos US\$ 410 bilhões, o que equivale a todo o PIB brasileiro.

FSM definiu dia 15 como data mundial contra a guerra

O Fórum escolheu o dia 15 de fevereiro como data mundial de protestos contra a guerra. Em São Paulo, já foi formado um “Comitê contra a guerra ao Iraque”, que promove uma marcha na capital, com concentração a partir das 16 horas, em frente ao MASP.

Plesbiscito oficial contra a Alca

Os documentos finais do III FSM reforçaram a necessidade luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Em setembro passado, um grande plebiscito nacional, organizado por sindicatos e partidos de esquerda, com a participação de mais de 10 milhões de brasileiros, indicou

que 98% eram contra a participação do Brasil na Alca.

Como a assinatura ou não da Alca será uma decisão do novo governo, o III FSM aprovou a proposta de que seja realizado um plebiscito oficial no país, para que a população decida sobre o assunto. A proposta será encaminhada ao governo, por meio de um abaixo-assinado (endereçado ao presidente da República, ao presidente do Congresso Nacional e ao ministro-presidente do STF), com três pontos:

- 1 – A realização imediata de uma Auditoria Pública sobre a Dívida Externa brasileira, conforme determina a Constituição Federal, e com a participação de entidades da sociedade;
- 2 – A imediata anulação do Acordo de Cessão da Base de Alcântara aos Estados Unidos;
- 3 – A convocação de um Plebiscito Oficial sobre a Alca, ainda em 2003, a fim de garantir o direito ao povo brasileiro de decidir os destinos do país.



A marcha contra a guerra, durante o III FSM

Fórum das Seis enviou ofício a Lula

A exemplo de centenas de entidades sindicais, o Fórum das Seis enviou um ofício ao presidente Lula, cobrando um posicionamento sobre a Alca. Referindo-se às propostas que o governo brasileiro pretende levar ao Comitê de Negociações Comerciais da Alca, até o dia 15 de fevereiro, o texto lembra que elas foram elaboradas durante o governo FHC e que não foram “em momento algum, levadas ao conhecimento da sociedade brasileira, que, em setembro de 2002, em um plebiscito popular,

manifestou-se por mais de 10 milhões de votos contra a participação brasileira na Alca, pela saída do Brasil das negociações e contra a entrega da Base de Alcântara ao governo dos Estados Unidos.”

O ofício solicita que “nenhuma proposta referente à Alca seja encaminhada pelo governo brasileiro antes que se inicie amplo debate sobre as negociações da Alca, e que o governo torne públicos seus documentos e propostas a respeito.”

Fórum Mundial da Educação

Pouco antes do Fórum Social Mundial, entre 19 e 22 de janeiro, também em Porto Alegre, mais de 10 mil pessoas, do Brasil e de outros 100 países, realizaram o II Fórum Mundial da Educação. A Adunesp enviou nove representantes, de vários *campi*, entre eles Alonso Bezerra de Carvalho, diretor da entidade. Ele conta que os debates realizados durante o Fórum tiveram como eixo o tema “Educação e Transformação”, com o objetivo de aprofundar as discussões relativas ao novo estágio organizativo que se encontram os movimentos sociais emergentes, que tem se colocado numa nova perspectiva histórica, isto é, se contrapor à hegemonia do capital. Temas como a universidade pública, o financiamento da educação, os movimentos sociais, a formação de professores, o processo de construção do conhecimento, a educação formal e informal etc, foram recorrentes durante o FME.

Alonso considera que a principal conclusão do evento é que a defesa da educação pública como direito inalienável seria o caminho que devemos seguir para se construir um outro mundo, sobretudo quando sabemos que a exclusão do acesso à educação, segundo a Unesco, atinge mais de 875 milhões de pessoas, das quais 73,7% são mulheres, e 110 milhões são crianças de 6 a 12 anos sem escola. “É nesse contexto que precisaríamos construir alternativas contra a comercialização da educação, respeitando, evidentemente, as diferenças cultural e social de cada nação, apontando caminhos que detenham a crescente privatização da educação”, avalia.

O Fórum assumiu o compromisso de elaborar uma Plataforma Mundial de Educação.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp Seção Sindical.

Diretoria: Antônio Luís de Andrade (presidente), Ana Maria Ramos Estêvão (secretária-geral), Marcelo Batista Hott (vice-secretário), Alonso Bezerra de Carvalho (tesoureiro-geral), Rubens Pereira dos Santos (vice-tesoureiro). Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fones (11) 3242-7080.
Home page: www.adunesp.org.br - E-mail: adunesp@adunesp.org.br - Jorn. resp.: Bahiji Haje